26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória

O USO DA AUDIODESCRIÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ASPECTOS MEMORIALÍSTICOS

THE USE OF AUDIO DESCRIPTION IN INFORMATION SCIENCE: MEMORIALISTIC ASPECTS

Tamires Neves Conceição – Universidade Federal da Bahia /(UFBA)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A memória na Ciência da Informação é um tema relevante, já que o objeto de estudo da área é a informação, e a partir do registro e acesso proporcionado pelo fluxo informacional, o sujeito pode participar e compreender o presente e refletir sobre possíveis situações futuras. Nesse aspecto, a acessibilidade permite que as pessoas com deficiência encontrem ambientes e cenas sociais estruturadas para que haja um atendimento de qualidade, possibilitando independência e autonomia a esse indivíduo por meio do uso das tecnologias assistivas, como é o caso da Audiodescrição para pessoas com deficiência visual. Assim, objetiva-se compreender como a memória da Audiodescrição pode ser desenvolvida com base nas teorias e práticas da Ciência da Informação. A metodologia se baseia numa pesquisa qualitativa, com técnica bibliográfica e procedimento qualitativo. Os resultados encontrados demonstram que a Audiodescrição e a informação audiodescritiva é essencial para a acessibilidade das pessoas com deficiência visual nas bibliotecas e arquivos. Conclui-se que a Ciência da Informação e a Audiodescrição podem organizar, representar e disseminar a informação audiodescritiva, atuando de forma interdisciplinar, em prol do desenvolvimento da memória do campo da Audiodescrição.
Palavras-chave: acessibilidade; audiodescrição; memória.

Abstract: Memory in Information Science is a relevant theme, since the object of study in this area is information, and through the recording and access provided by the informational flow, the individual can participate in and understand the present and reflect on possible future situations. In this aspect, accessibility allows people with disabilities to find structured environments and social scenes that provide quality service, enabling independence and autonomy for these individuals through the use of assistive technologies, such as audio

description for visually impaired people. Thus, the aim is to understand how Audio description memory can be developed based on Information Science theories and practices. The methodology is based on qualitative research, using bibliographic techniques and qualitative procedures. The results show that audio description and audiodescriptive information are essential for the accessibility of visually impaired people in libraries and archives. It is concluded that Information Science and Audio Description can organize, represent, and disseminate audio description information, acting in an interdisciplinar, manner to promote the development of the memory of the field of Audio Description.
Keywords: accessibility; audio description; memory.

1 INTRODUÇÃO

A memória na Ciência da Informação (CI) é um tema relevante, mediante as especificidades da área que tem como objeto de estudo a informação, realizando desde a organização, até a representação, disseminação e recuperação do fluxo informacional, em prol do registro. Logo, esse armazenamento realizado propicia a construção da memória da sociedade, possibilitando que o sujeito possa participar e compreender o presente e refletir sobre possíveis situações futuras. Destaca-se nesse contexto as ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda, que nos tempos atuais são implementadas e impulsionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), como procedimentos importantes para a permanência por longo prazo da memória social.

Nesse cenário das TIC, a Audiodescrição (AD) caracteriza-se por uma tradução audiovisual, transformando signos visuais em signos verbais, preenchendo a lacuna entre o som e a imagem, sendo identificada como uma tecnologia assistiva, com objetivo de proporcionar independência e autonomia a pessoas com deficiência visual nas cenas sociais; e a CI por ser uma área social aplicada que busca promover o acesso à informação, lidando com as complexas nuances do fluxo informacional pode dialogar com a AD, com objetivo de organizar, representar, disseminar, recuperar e preservar a informação audiodescritiva. Assim, propõe-se a análise do diálogo entre a área da CI e o campo da AD — com suas competências em proporcionar a inclusão social e a acessibilidade das pessoas com deficiência visual, em específico, mas também de pessoas com deficiência intelectual, disléxicos e idosos —, de forma a promover o acesso à informação audiodescritiva produzida pelos conteúdos audiodescritos. O diálogo promoverá, então, o auxílio da CI na gestão do fluxo informacional da informação audiodescritiva, desenvolvendo o acesso e a memória do campo por longo prazo; e a AD trará para a CI os conhecimentos sobre o uso desta tecnologia assistiva que permite o acesso à informação ao público com deficiência visual, em bibliotecas e arquivos

possibilitando que a CI cumpra seu papel social, atendendo às demandas informacionais do sujeito com deficiência visual.

O problema que direcionou esse trabalho, baseado na tese da autora teve a seguinte inquietação: quais aspectos devem ser destacados para que se possa estabelecer de fato o diálogo entre as teorias, técnicas e práticas da CI e o campo da AD, no que se refere a ações de preservação digital e a políticas de salvaguarda de conteúdos informacionais audiodescritos produzidos por grupos e núcleos de pesquisa das universidades federais e estaduais brasileiras. Objetiva-se compreender como a memória da AD pode ser desenvolvida com base nas teorias e práticas da CI. E para desenvolver esse objetivo, os objetivos específicos são identificar como os profissionais da CI, com as teorias, técnicas e práticas da área, podem desenvolver e consolidar o conceito de informação audiodescritiva, auxiliando na preservação digital da memória da AD; e destacar estratégias de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, em prol da preservação da memória da AD. A metodologia se baseia numa pesquisa qualitativa, com técnica bibliográfica e procedimento qualitativo. Assim, a seguir serão relatados um breve histórico e o conceito do campo da AD, para compreender o uso do recurso, além das teorias e práticas da CI e a correlação com os aspectos memorialísticos, com objetivo de demonstrar a construção e a possibilidade do desenvolvimento da memória da AD.

2 ASPECTOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DA AUDIODESCRIÇÃO

O recurso da AD é identificado como uma atividade de mediação linguística, caracterizada como uma modalidade intersemiótica, que realiza uma tradução audiovisual, transformando e suprindo, assim, as lacunas existentes entre o som e a imagem, nas cenas culturais, acadêmicas, profissionais, de lazer e de esporte, nas quais pessoas com deficiência visual, disléxicos e idosos estão presentes (Motta; Romeu Filho, 2010). O histórico da AD no mundo é representado pela atuação do recurso desde os meados da década de 1970 quando Gregory Frazier, ao desenvolver o seu mestrado nos Estados Unidos das Américas (EUA), em 1975, abordou o assunto; ressalta-se que se tem registros do desenvolvimento do recurso na prática em 1981, quando Margaret Rockwell (pessoa com deficiência visual) e Cody Pfanstiehl - um casal de audiodescritores - realizavam produções com o recurso da fita cassete para peças teatrais, visitas a monumentos nos EUA, museus, parques e também realizaram trabalhos que impulsionaram de forma significativa a introdução da AD na TV. Nesse período,

eles foram responsáveis pela AD do primeiro espetáculo teatral, em Washington DC, chamado de *Major* Barbara, no Arena *Stage Theater* (Conceição, 2017).

A história da AD, a partir dessa atuação do recurso nos EUA, começa a ser desenvolvida por outros países, onde registra-se o uso dessa tecnologia na Alemanha, França, Portugal, Inglaterra, Espanha, Bélgica, Suíça, Canadá, Austrália, Japão e Argentina, destacando uma relevante atuação desses pesquisadores e profissionais no desenvolvimento do tema (Franco; Silva, 2010, p.24). O Brasil registra sua atuação com a AD em 1999, com o projeto "Videonarrado", realizado pela pedagoga Maria Cristina Martins, no Centro Cultural Louis Braille, em Campinas, São Paulo (Costa, 2014). Compreende-se que a AD iniciou-se no país informalmente, sem muitas legislações vigentes sobre a temática, sendo realizada antes de 1999, por profissionais/pesquisadores da AD e também em ações do cotidiano, antes da institucionalização do recurso como uma tecnologia assistiva. Segundo Nunes, Dandolini e Souza (2014, s.p.), "Essas tecnologias permitem ao usuário contato com outras pessoas, bem como o acesso a conteúdos acadêmicos, entretenimento, cultura e lazer, além de permitir-lhes a execução de diversas atividades de trabalho e de estudo". Sassaki (2004) complementa esse pensamento quando reflete sobre a relevância dessas tecnologias como fator importante na atuação cidadã desse público com deficiência.

Ao compreender o conceito, as características e o impacto dessa tecnologia assistiva no cotidiano das pessoas com deficiência visual, a autora, na sua pesquisa de tese, identificou que a AD produz uma informação audiodescritiva e a conceituou como uma representação da AD, ou seja, a informação audiodescritiva é resultado da AD, de seus metadados e dos conteúdos produzidos. Assim, a informação audiodescritiva pode ser conceituada

> [...] como um tipo de representação muito específica para a organização, tratamento e recuperação de conteúdos informacionais audiodescritos, cujos metadados de representação sempre incluem uma AD, ou seja, uma tradução audiovisual de signos visuais em signos verbais que preenche a lacuna entre o som e a imagem para as pessoas com deficiência visual, intelectual, disléxicos e idosos. Tais conteúdos são, portanto, constituintes da informação audiodescritiva (Conceição, 2021, p. 57-58).

A construção desse conceito foi baseada nas concepções teóricas da CI, sendo uma área que tem como objeto de estudo a informação e suas nuances, vislumbrando assim, a possibilidade de diálogo entre a AD e a CI, ao levar em consideração a origem interdisciplinar da CI e a informação audiodescritiva produzida pela AD. A CI pode ser contextualizada, em

meados das décadas de 1950 e 1960, quando origina-se a área, com um foco social aplicado e com um projeto interdisciplinar, surgindo com o objetivo de propor esse diálogo com outras áreas para tentar resolver a explosão informacional que foi desencadeada em 1950, propondo organizar, registrar, transmitir, disseminar, recuperar e preservar as informações (Saracevic, 1996). O desenvolvimento da CI está aliado ao cumprimento do seu projeto originário de ser uma área interdisciplinar, e para tal é preciso efetivar a convergência de saberes, uma troca, na qual a CI busca informações em outras áreas e campos e vice-versa. Segundo Pombo (2007, p.16), a "interdisciplinaridade traduz-se na abertura de cada disciplina a todas as outras, na disponibilidade de cada uma das disciplinas envolvidas se deixar cruzar e contaminar por todas as outras". Entende-se que atualmente a CI faz essa busca, mas o processo inverso na maioria das vezes não acontece; sendo assim, não se pode confirmar sua interdisciplinaridade, muitas vezes o que ocorre é uma ação disciplinar, quando há assuntos em comum com outras áreas e campos, mas que não convergem (Conceição, 2021).

Nesse âmbito, a pesquisa de tese, que embasou este trabalho, apresentou a efetiva convergência de saberes entre a AD e a CI, visando destacar as contribuições entre os profissionais, com objetivo de ampliar o desenvolvimento da memória da AD, por meio da organização, disseminação, representação e recuperação da informação audiodescritiva. Percebe-se que a CI atualmente encontra um desafio na sociedade digital/virtual, na qual as técnicas de registro e armazenamento perpassam pelas ações de preservação digital, demonstrando que essas ações têm de perdurar durante as diferentes gerações tecnológicas, com independência de alterações de suportes ou formatos digitais (Arquivo Nacional, 2006) e pelas políticas de salvaguarda que tem como objetivo garantir a preservação digital (Ferreira, 2019). Ressalta-se que ao falar preservação digital deve-se salientar que "As limitações da memória humana levaram o homem a buscar, em recursos externos, as chamadas memórias artificiais, a compensação para o esquecimento" (Oliveira; Rodrigues, 2017, p. 17). O atual contexto movido pelo *ciberespaço* proporcionou novas ações de transmissão, acesso e registros da informação no meio digital (nasce analógico e se torna digital) e virtual (já nasce no ambiente virtual); assim, a CI, como uma área responsável pela organização da informação para promover o acesso e, consequentemente, o registro, tem de fazer parte da materialização desses conteúdos no ambiente digital, por meio das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda. Entende-se que a característica social da CI não permite que

a área fique à margem desse diálogo sobre o desenvolvimento da memória em uma sociedade globalizada e imagética, que vem disseminando e descartando informações de forma tão rápida. A memória, para a CI, é baseada na materialização do documento, do armazenamento da informação contida em suportes, sejam esses impressos ou digitais. Atualmente, os repositórios digitais arquivísticos confiáveis, por exemplo, que são construídos por *softwares* de acesso livre e preservação, são responsáveis por materializar as informações na sociedade atual.

Entende-se que a CI e suas subáreas, em específico a Arquivologia, deve atentar para o desenvolvimento desses conceitos sobre a preservação digital e a salvaguarda, buscando a convergência de saberes com áreas afins, como a área da tecnologia da informação que elabora os *softwares* e sistemas que possibilitam a inserção da informação em novos formatos, sendo um diálogo importante para a construção das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda; e com a Comunicação, Linguística, Computação, a própria AD e outras áreas que têm como objeto de análise a informação, com objetivo de impulsionar a organização e o registro de todo esse fluxo informacional que é gerado por estes campos do saber no processo de disseminação da informação (Conceição, 2021). Assim, mesmo que não garanta a construção da memória de uma área, o uso de repositórios arquivísticos digitais confiáveis pode propiciar a preservação digital aliada às políticas de salvaguarda, mantendo as informações acessíveis por longo prazo, que podem levar o indivíduo a construir e a desenvolver as memórias coletiva e histórica do seu ambiente, a partir dos documentos que terá acesso (Halbwachs, 1990). Segundo o autor, a memória coletiva é formada por datas e listas de fatos históricos, porém esse aspecto não a caracteriza como memória histórica, que é identificada por uma sequência de acontecimentos, sobre os quais a história nacional conserva a lembrança, logo há uma escolha dos contextos que serão ou não preservados (Halbwachs,1990).

Os profissionais da CI encontram um desafio no momento de auxiliar a organização da informação, pois a sociedade atual valoriza a rapidez nas trocas informacionais, mas ao mesmo tempo necessita de permanência e registro dos fatos históricos ocorridos, pois são eles que trazem representatividade e reconhecimento a uma comunidade. Entende-se que a informação e memória são retratadas na CI com base nas seguintes temáticas: memória, cultura e patrimônio, imagem, informação e memória e informação, preservação e memória,

tendo esta última menos presença nos diálogos da área, segundo Netto e Dodebei (2017). Esses dados representam a relevância de pesquisas na área de informação, memória e preservação na CI, já que a sociedade efêmera e fragmentada em que o sujeito da informação se encontra suscita sérias medidas de preservação digital para manter a autenticidade, integridade e a recuperação das informações disseminadas, em conjunto com políticas de salvaguarda, como é o exemplo dos repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Assim, a seguir será retratado os autores que embasaram o desenvolvimento deste trabalho.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao pensar nas relações humanas, no que se refere ao papel da pessoa com deficiência na sociedade pode-se retratar as concepções de Sassaki (1999), que reflete sobre a evolução histórica desse público movida por três fases, as quais aborda: a exclusão social (até 1960), uma fase que permeou por muito tempo a realidade desse público, que era visto como inválido, que deveria viver à margem da realidade social e ser tratado como doente, mantido em ambientes isolados do convívio social; pela integração social (1960-1988), na qual a sociedade não alterava a sua estrutura para atender as necessidades das pessoas com deficiência, esse público que deveria se adequar à realidade da sociedade, e não o contrário; e pela inclusão social (1989, até os dias atuais), que se refere a fase pela busca da autonomia e independência dessas pessoas, na qual a sociedade se adéqua para atender as necessidades desse público. Assim, ao falar da construção da memória desse público, caracterizado como minoria social, cabe atentar e verificar diversos contextos que os mantêm em posição de subalternidade e vulnerabilidade, os colocando em algumas situações como excluídos de diversas análises sociais e do fluxo informacional.

González de Gómez (2002) nos apresenta importantes questões epistemológicas que embasam a CI diante a esse fluxo informacional estudado pela área. A autora afirma a existência de regimes de informação que "[...] designaria um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais [...]". De acordo com a autora, um "[...] regime de informação constituiria, logo, um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios [...]" (González de Gómez, 2002, p. 34). Diante a esse contexto, cabe a CI organizar esse fluxo

informacional para que os regimes de informação proporcionem uma maior inclusão do que uma exclusão social, impulsionando assim um amplo acesso à informação, fazendo com que o armazenamento e o registro realizado, que constroem as memórias sociais, possam ser acessíveis por longo prazo a qualquer indivíduo que precise ter acesso à informação, independente deste possuir alguma deficiência ou não. Ressalta-se que essas memórias, coletiva e histórica (Halbwachs, 1990), dessas minorias sociais nem sempre são preservadas e relatadas socialmente, para oferecer uma representatividade ao sujeito que faz parte dessa comunidade; muitas vezes essas memórias não são registradas e nem armazenadas para que esse público tenha dificuldade de se reconhecer socialmente, e assim, não se sinta parte do ambiente social em que está e continue à margem dos setores sociais, sem exercer a sua cidadania por completo.

Compreende-se que a CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia", segundo Saracevic (1996, p. 42). A CI, ainda tem um longo caminho para se tornar realmente interdisciplinar, pois há uma necessidade de realizar o diálogo com outras áreas e campos do saber, de forma mútua, possibilitando uma convergência de saberes entre ambos os lados. No entanto, ressalta-se que ao propor esse diálogo com o campo da AD, busca-se desenvolver uma reflexão que realmente impulsione essa convergência de conhecimentos que é o objetivo da interdisciplinaridade (Pombo, 2007). Assim, a seguir relata-se a metodologia que norteou o trabalho.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia que orientou esse estudo está respaldada em uma pesquisa qualitativa, utilizando a técnica bibliográfica e o procedimento qualitativo. Compreende-se a pesquisa qualitativa no contexto das ciências humanas e sociais, quando se analisa os cenários, os discursos e opiniões que apoiam a produção textual, na qual "[...] o dado qualitativo é uma estratégia de mensuração de atributos, ou seja, o objeto (o objetivo) da mensuração não é o objeto (a coisa em si), mas seus predicados" (Pereira, 1999, p. 30). A pesquisa qualitativa permite ao pesquisador correlacionar as informações adquiridas com os diversos cenários aos quais o autor está inserido e sofre impacto sobre as influências e relações existentes, permitindo uma subjetividade na análise.

A escolha da técnica bibliográfica possibilita ao pesquisador um contato direto com a maioria dos conteúdos que já foram escritos, filmados e ou ditos sobre o assunto pesquisado, inclusive por meio de conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos e divulgadas impressas ou oralmente, abrangendo toda bibliografia pública em relação a temática do estudo, envolvendo desde publicações até os meios de comunicação orais (Pereira, 1999). Com objetivo de complementar a análise do tema estudado, o procedimento qualitativo baseia-se na análise de documentos sobre o campo da AD e da CI visando o desenvolvimento da memória da AD, com base nas teorias e técnicas da CI. Propôs-se, então, analisar como as ações preservação digital e políticas de salvaguarda, orientadas pela CI, podem auxiliar na construção da memória da AD. Assim, a seguir serão relatados a análise dos resultados obtidos pelo caminho metodológico delineado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse trabalho foi embasado pela pesquisa qualitativa realizada na tese da autora, que permitiu uma análise com base nos resultados encontrados, corroborando para afirmação do diálogo entre a AD e a CI, demonstrando que há uma relação interdisciplinar entre o campo e a área respectivamente, quando a AD propicia a CI o uso do recurso e da informação audiodescritiva nas bibliotecas e nos arquivos, permitindo a disseminação e a democratização do acesso à informação; e como a CI, ao realizar trocas de saberes com a AD, pode possibilitar uma ampliação do uso do recurso e o desenvolvimento da memória do campo, por meio da reflexão e estudos sobre as ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, ao defender o uso de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para indexar as informações (Conceição, 2021).

Essa reflexão foi possível com base no universo analisado na tese, em 2019, sobre o campo da AD, na qual obteve-se 36 (trinta e seis) retornos, dos questionários aplicados, das 110 (cento e dez) universidades contatadas, retratando que apenas nove trabalhavam com o recurso da AD: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal do Rio Grande (UFRG) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Quanto aos questionários aplicados a área da CI, dos 17 (dezessete) PPGCI contatados, 12 (doze) efetivamente responderam,

totalizando o quantitativo de 179 respostas advindas de docentes e discentes dos PPGCI atuantes nas subáreas da Biblioteconomia (54,75% dos respondentes) e da Arquivologia (18,99%), além das respostas de outras áreas, totalizando (30,73). Os questionários aplicados para o campo da AD buscavam verificar como esses pesquisados compreendiam e praticavam suas ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos; e para CI, buscou-se identificar e analisar como a CI poderia dialogar com o campo da AD, sob as perspectivas de seus profissionais. Entende-se, por meio dos discursos expostos pelos pesquisados da AD e CI nos questionários, que ainda há um longo percurso para que haja o desenvolvimento dos caminhos da acessibilidade e da memória da AD, propiciando a inclusão social para o público com deficiência visual, mas nas respostas dos pesquisados foi possível verificar que a CI com suas expertises em organizar, representar, registrar, recuperar e disseminar, pode auxiliar a AD nesse processo do desenvolvimento da memória do campo e do uso do recurso em mais espaços com acessibilidade na sociedade, como os repositórios arquivísticos digitais confiáveis com objetivo de democratizar o acesso à informação (Conceição, 2021).

Percebe-se, com base nos resultados encontrados na tese, que a possibilidade do diálogo, e as relações interdisciplinares entre a AD e a CI, pode acontecer de forma eficaz por meio do desenvolvimento da memória da AD. Ressalta-se a percepção da memória como antídoto do esquecimento, conforme afirma Le Goff (1990), logo compreende-se que é preciso estabelecer caminhos que proporcionem o acesso a memórias de determinadas áreas ou campos do conhecimento, com objetivo de promover uma possível transformação quando o indivíduo tiver acesso a determinado conteúdo, em específico nessa análise, os conteúdos que utilizem AD. Quando a AD é inserida na sociedade, como nas unidades de informação: bibliotecas e arquivos, ambientes que representam aspectos memorialísticos de uma sociedade e que devem ser acessados por todos, sem distinção, o recurso propicia uma efetiva acessibilidade e inclusão social determinada por lei para atender aos direitos desse público.

Observou-se a relevância dos papéis dos profissionais bibliotecários (as) (nos processos da indexação, organização da informação e do conhecimento, na mediação, na gestão das unidades, dentre outras expertises) e do arquivistas (na adoção de políticas, aplicação de normas e regras arquivísticas, sobre a gestão de acervos e as ações de preservação digital e políticas de salvaguarda), trata-se de papéis fundamentais no desenvolvimento da AD para o

sujeito da informação com deficiência visual que, ao buscar esses ambientes, precisa encontrar a devida inclusão social e acessibilidade aos recursos informacionais disponibilizados. Além de que com as expertises dos bibliotecários e arquivistas, o campo da AD poderá desenvolver a sua memória por longo prazo, ampliando o acesso à informação audiodescritiva no país por meio do uso de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (Conceição, 2021). Diante ao exposto, a seguir será relatado as considerações finais do estudo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, então, a partir das análises realizadas na tese, que subsidiaram as reflexões deste trabalho, que mesmo sem garantir a construção da memória de uma área ou campo, a utilização de repositórios arquivísticos digitais confiáveis pode proporcionar a preservação digital aliada às políticas de salvaguarda, mantendo as informações acessíveis por longo prazo, possibilitando ao sujeito construir e desenvolver as memórias coletiva e histórica da sua comunidade, a partir dos documentos que terá acesso. Percebe-se que a memória, independente do seu uso e das áreas do conhecimento que a estudem, tem um papel relevante na construção do indivíduo e na sua atuação social, por isso é válida essa reflexão e análise de possibilidades de mantê-la acessível e preservada, como é o caso da memória da AD e a relevância do uso recurso, em bibliotecas e arquivos. O uso de repositórios digitais arquivísticos confiáveis, ou seja, o uso de ambientes digitais que apresentem a utilização de *softwares* de acesso livre e sistemas de preservação digital, permitindo acesso à informação por longo prazo, podem auxiliar nesse contexto da AD e da sua informação audiodescritiva, ampliando a democratização dessa informação e possibilitando assim um maior pertencimento desse público a sociedade. Assim, para entender esse contexto a autora, atuando agora como docente, vem desenvolvendo uma pesquisa empírica em bibliotecas e arquivos para constatar e reafirmar a possibilidade do diálogo proposto e analisado no estudo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; DODEBEI, Vera. Informação e memória: trajetória do GT10 da Ancib e o impacto dos estudos culturais na CI. *In*: OLIVEIRA, Eliana Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em:

https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf. Acesso em: 10 set. 2026.

CONCEIÇÃO, Tamires Neves. **Informação audiodescritiva e a preservação digital**: uma análise do diálogo entre a Ciência da Informação e a audiodescrição. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34159. Acesso em: 22 jun. 2026.

COSTA, Luciana Ferreira da; SILVA, Alan Curcino Pedreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. (Re)visitando os estudos de usuário: entre a "tradição" e o "alternativo". **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, art. 3, ago. 2009. Disponível em: http://www.dgz.org.br/ago09/Art_03.htm. Acesso em: 16 abr. 2026.

FERREIRA, Flávia Catarino Conceição. **Os conceitos de "salvaguarda" e de "repositório digital de preservação" na área de Ciência da Informação**: "garantias" para o estabelecimento da proteção estatutária do patrimônio informacional público nato-digital. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29466. Acesso em: 22 maio 2026.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: breve passeio histórico. *In*: MOTTA, Lívia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (org.). **Audiodescrição**: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/download/975/1013/1071. Acesso em: 31 out. 2026.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 423-483.

MOTTA, Lívia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (org.). **Audiodescrição**: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

NUNES, Elton Luiz Vergara; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida; SOUZA, João Artur de. As tecnologias assistivas e a pessoa cega. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 15, n. 1, fev. 2014. Disponível em: http://dgz.org.br/fev14/Art_05.htm. Acesso em: 14 jun. 2026.

OLIVEIRA, Eliana Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2017. 360 p.

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. **Análise de dados qualitativos**: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. *In*: PIMENTA, Carlos (coord.). **Interdisciplinaridade, humanismo, universidade**. Porto: Campo das Letras, 2004. p. 93-124. Disponível em: https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~ommartins/investigacao/portofinal.pdf. Acesso em: 8 set. 2026.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308. Acesso em: 31 out. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, jul./ago. 2004.